



Os traços da pobreza: um olhar multidimensional do Vale do Jiquiriçá, Bahia

Alício Rodrigues Matos¹
Leliana Santos de Sousa²

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento e tem como campo de investigação questões referentes à pobreza no Vale do Jiquiriçá, Bahia. O estudo considera diversos fatores na análise desse fenômeno, desde a complexidade em torno do tema até as múltiplas questões sociais que impactam a multidimensionalidade da pobreza. O trabalho inicia-se com uma reflexão sobre as transformações sociais que vêm ocorrendo ao longo do século e se tornam grandes desafios para a população na mediação das políticas e demandas sociais. Trata do papel da escola no processo formativo do sujeito racional, participativo e implicado com as novas transformações do mundo moderno, da vida em sociedade, da participação coletiva nas decisões da melhoria da qualidade de vida e da superação das carências sociais nos seus espaços de vivência. Assim, objetivamos analisar a pobreza por uma ótica multidimensional, a qual tem colocado o cidadão em uma condição vulnerável socialmente, sem deixar de evidenciar a formação do sujeito como questão primordial para a autonomia, participação e a superação desses processos complexos e limitantes. Será considerada a abordagem da pobreza segundo Castel (2005), Morin (2003) Castoriadis (2007, 2010), Martins (2002), Sen (2010), SEI (2010, 2017) e outros. O estudo traz uma abordagem qualitativa considerando alguns municípios do Vale do Jiquiriçá que apresentam menor renda per capita.

Palavras-chave: Complexidade. Pobreza multidimensional. Vale do Jiquiriçá.

Abstract: This article is part of an ongoing research, which has as its field of investigation, the issues related to poverty in the Jiquiriçá Valley, considering several factors in the approach of this phenomenon. Moreover the complexity around the theme and the multiple social issues that impact on the multidimensionality of poverty. The work begins by reflecting on the social transformations that have been occurring throughout the century, and become major challenges for the population in the mediation of policies and social demands. It addresses the role of the school in the formative process of a rational, participative and implicated subject with the new transformations of the modern world, of life in society, of collective participation in decisions to improve the quality of life and to overcome social needs in its spaces. experience. Thus we aim to analyze poverty from a multidimensional perspective, which has placed the citizen in a socially vulnerable condition. While highlighting the formation of the subject as a key issue for the autonomy, participation and overcoming of these complex and limiting processes. The approach to poverty will be considered from Castel (2005), Morin (2003) Castoriadis (2007, 2010), Martins (2002), Sem (2010), SEI (2010, 2017) and others. The study brings a qualitative approach considering some municipalities of the Jiquiriçá Valley, which have lower per capita income.

Keywords: Complexity. Multidimensional poverty. Valley of the Jiquiriçá.

¹ Professor da Rede Municipal de Educação dos municípios de Cravolândia, Bahia e Ubaíra, Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional (GEEDR) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Educação de Jovens e Adultos (UNEB). Doutorando pelo Programa de Pós-graduação do Doutorado Multi-institucional e Multirreferencial em Difusão do Conhecimento (DMMDC) da UFBA, UNEB, IFBA, SENAI-CIMATEC. E-mail: aliciomatos@hotmail.com.

² Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do Grupo de pesquisa Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional (GEEDR/UNEB/CNPq). Integra o quadro docente permanente do Doutorado Multi-institucional e Multirreferencial em Difusão do Conhecimento (DMMDC). Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Ciências da Educação pela Université Vincennes Saint-Denis Paris 8, França. E-mail: sousaleliana@hotmail.com.

Introdução

A humanidade ao longo do seu processo histórico vem passando por recorrentes transformações, as quais exercem forte influência no comportamento, no acesso e uso tecnológico, na dinâmica do desenvolvimento do trabalho, na produção, no consumo, no acúmulo de riquezas, na formação intelectual e cultural e na difusão do conhecimento, concorrente da sustentabilidade planetária.

Essas transformações têm colocado a sociedade diante de grandes desafios e evidências de múltiplas lacunas e vulnerabilidade, condição que exige compreender e refletir logicamente sobre a memória e a preservação da vida em face dessas demandas.

Podemos considerar como temas importantes para a sociedade, o desenvolvimento social, a qualidade de vida da população no planeta, as políticas de desenvolvimento urbano e de acesso aos serviços básicos em municípios de diferentes regiões do país, ainda não compartilhadas nem discutidas pela maior parte da sociedade.

De ordem social e muito importantes, esses temas deixam não são discutidos nas escolas, espaços sociais institucionalizados e, nesse processo, deixam também de cumprir o papel de passar o conhecimento formal com bases em questões históricas, saberes culturais, identidades coletivas, recaindo assim, em um completo esvaziamento epistemológico. É grande o número de sujeitos que não frequentam esses espaços e desconhecem por completo temas relacionados à física quântica, telemática, tecnologias sociais, energia, poluentes, genética, desenvolvimento, saúde e preservação, com forte influência sobre os graves e complexos problemas do sistema social cultural contemporâneo.

Esse vazio dos espaços escolares, ou seja, a ação de não preencher as lacunas de informação/formação da população promove a ampliação dos espaços virtuais no oferecimento de uma gama de informações que tendem a se expandir em toda a rede social. No mundo globalizado, essas tecnologias assumem um papel de força e fluência na disseminação de informações nas mais variadas classificações. No entanto, a sociedade tem sido estimulada com o bombardeio de informações falsas (*fake news*), o que torna a comunicação muito mais complexa, o entendimento vazio e a sociedade desordenada, descentralizada e conflitante entre si. A consequência disso é uma massa de pessoas sem criticidade, sem responsabilidade social nem coletiva.

A modernidade exige um novo sujeito, mais racional, participativo e coletivo. A autonomia e a participação dessas pessoas na sociedade são um marco que influencia decisivamente a tomada de decisões locais sobre as necessidades de melhoria da condição de pobreza, o alargamento educacional e tecnológico, o acesso aos serviços públicos, sobretudo, à saúde, a ocupação organizada do solo, o cuidado e a preservação dos recursos naturais.

Os sistemas sociais, como unidades complexas, organizados em espaços urbanizados densamente em construção, precisam desenvolver políticas públicas efetivas, especialmente no combate à pobreza multidimensional. No país, muitos debates cujo tema é a pobreza têm centrado a compreensão nas suas causas e consequências, correlacionando-a ao acesso a renda, a bens e à participação econômica. Trata-se de uma visão unidimensional, efetivamente economicista e desenvolvimentista, que desconsidera a totalidade das dimensões de vida e da natureza, aspectos importantes na multidimensionalidade da pobreza, que se alastra na tessitura da conjuntura concentrista e concentradora da riqueza das nações.

Essa construção se constituiu para estabelecer uma relação principalmente com as contribuições de Castel (2005), Morin (2003) Castoriadis (2007, 2010), Martins (2002), Sen (2010). Nesse sentido, este estudo está centrado em uma observação multidimensional da pobreza, considerando que é negado o acesso a serviços essenciais da esfera pública a uma grande parcela da população com pouco conhecimento formal, cultura digital, informações de mídias e tecnologia.

Assim, nosso objetivo é analisar a pobreza por uma ótica multidimensional, a qual tem colocado o cidadão em uma condição vulnerável socialmente, sem deixar de evidenciar os processos formativos do sujeito como questão primordial para a autonomia, a participação e a superação desses processos complexos e limitantes.

Percurso metodológico

A trilha metodológica adotada neste estudo consistiu em um levantamento de referencial teórico, com ênfase na pobreza e nas múltiplas dimensões que a envolvem, considerando a complexidade presente na relação e na interação social, política, filosófica e cultural dos sujeitos.

Este artigo apresenta parte da pesquisa em andamento sobre a pobreza. O estudo está em processo de estruturação e baseia-se em prévias incursões pelo campo. Os alinhamentos e a base epistemológica deste escrito se originaram com base nas aulas de epistemologia do conhecimento bem como no alinhamento dos projetos de pesquisas com minha orientadora.

A pesquisa qualitativa é a opção pertinente à temática. Segundo Richardson (2015), o uso dessa metodologia permite descrever a complexidade existente em determinado problema estudado, entender as variáveis, os processos de mudanças e dinâmicas de grupos, bem como os níveis relacionados ao comportamento e particularidades de cada indivíduo.

O Vale do Jiquiriçá na Bahia é um dos territórios do estudo, considerando a temática adotada na observação dos amplos aspectos das “manchas de pobreza” na localidade, sua realidade, condições sociais da população e o acesso a serviços de saúde, educação moradia e saneamento básico.

Segundo a Superintendência de Estudos e Políticas Públicas (2007):

O Vale do Jiquiriçá está localizado na região centro sul do estado e limita-se com os territórios Médio Rio de Contas, Baixo Sul, Recôncavo, Piemonte do Paraguaçu, e Chapada Diamantina. É composto por vinte municípios, a saber: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2007, p. 3).

Os dados serão analisados com base nos estudos que tratam da temática, no modo de vida, na compreensão dos comportamentos e tendências, na identificação de hipóteses ou questões e nas percepções e expectativas da população. Basear-se-ão, além disso, na caracterização georreferenciada da localidade, delineando conexões entre informações e relações para entender a complexidade existente de forma a configurar a rede da multidimensionalidade da pobreza na região.

Uma compreensão da pobreza

A pobreza, no contexto socioeconômico e cultural contemporâneo, geralmente tem sido atribuída à inacessibilidade a recursos financeiros. No entanto, considerada a subjetividade em torno do conceito, a categorização da pobreza é um juízo de valor. Estabelecer uma definição clássica de pobreza é uma tarefa complexa, pois há que se considerar diferentes pontos de vistas, econômicos, culturais e outros aspectos políticos e sociais.

Para Rocha (2003, p. 9), a “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Silva (2010) adota outra definição, pautada no conceito multidimensional:

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda. (SILVA, 2010, p. 157).

No passado, o tema esteve estritamente vinculado à relação de vida escravista, mas, dada a dimensão da instabilidade econômica, associada à influência das nações globalizadas, o termo vem passando por variações. Desse modo, já não se pode considerar alguém pobre apenas com base no fator monetário.

De acordo com Codes (2008):

Sob a perspectiva da multidimensionalidade, abre-se espaço para a elaboração do fenômeno enquanto “armadilha de privação”. A pobreza é percebida como um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se retroalimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza. (CODES, 2008, p. 24).

A vulnerabilidade de um cidadão depende de fatores que estão relacionados à distribuição de riqueza na esfera social. Nesse sentido, a falta de acessibilidade a bens e serviços gera a privação de capacidades, em que o sujeito é considerado excluído, carente. Para Sen (2001):

No espaço das rendas, o conceito relevante de pobreza tem de ser a inadequação (para gerar capacidades minimamente aceitáveis). Uma “linha de pobreza” que ignora completamente as características individuais não consegue fazer justiça as nossas verdadeiras preocupações sobre o básico na pobreza, a insuficiência de capacidade devida a meios econômicos inadequados. Seguidamente será sensato agrupar os indivíduos em categorias particulares (relacionadas com classe, sexo, grupo ocupacional, status do emprego e assim por diante). Se escolhermos expressar a pobreza no espaço de rendas, então as rendas requeridas terão de ser ligadas as exigências causais das capacidades mínimas. (SEN, 2001: 175).

Assim, não se pode afirmar que existe uma relação de igualdade entre a renda e a capacidade, se considerados fatores como a formação dos grupos sociais, idade, etnia, sexo e localidade onde residem, cujas relações de interdependência e transversalidade denotam uma situação complexa da interseccionalidade na perspectiva da pós-modernidade.

A multidimensionalidade da pobreza tem sido um tema central nas discussões sobre as questões sociais. Trata-se de uma abordagem urgente e necessária, em face dos grandes desafios, conflitos e instabilidades que circundam a vida em sociedade, com impactos na condição, principalmente daqueles mais desfavorecidos na malha social. Questões como escolaridade, autonomia dos sujeitos, desfiliação social e complexidade precisam ser consideradas formas de manter vigente o debate sobre a atualização das transformações psicossociais, epistemológicas científicas e históricas que marcam a *logo* paradigmática. Para tanto, tomamos como princípio norteador alguns conceitos apresentados aqui e referenciados por Castel (1998), dada a pertinência das suas análises ao pensar a relação do homem com o trabalho, a frágil ligação socioeconômica de um grande número de sujeitos, se comparados ao complexo tecido social, bem como o afastamento dessas pessoas dos processos produtivos, econômicos, de consumo e de filiação.

A inovação na Era da informação ou Era do trabalho do conhecimento deriva da consciência de uma nova dinâmica e das restrições das relações das instituições com seu público: sejam clientes, fornecedores e concorrentes e de que suas possibilidades e restrições estratégicas já não estão baseadas na limitação de capital, na demanda, na capacidade de produção ou no acesso a mercados estrangeiros. (SOUSA; PIMENTA, In. 2012, p.26).

Pautados na perspectiva do autor, podemos pensar que a pobreza urbana passa a assumir contornos múltiplos, considerando a vulnerabilidade de milhares de pessoas que não têm acesso ao trabalho formal, à escolaridade sequenciada, nem a estruturas que lhes permitam maior inserção na sociedade. A precarização do emprego, resultante da dinâmica do modelo de trabalho da modernidade, impõe aos sujeitos uma vida em que a regra é a desfiliação humana, da natureza e social.

Na compreensão do autor, a desfiliação social ocorre com a eliminação dos sujeitos daquilo que podemos considerar circuitos de trocas produtivas. Eles se tornam inúteis em uma sociedade regulada por processos complexos de crise de identidade de trabalho.

Segundo Santos (2006):

É como se o mundo se houvesse tornado para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, quando na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. [...] Há uma busca da uniformidade, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. (SANTOS, 2006), p. 19).

A pretensão não é determinar que tais contextos geram exclusões, mas pontuar a ausência de vínculos dos mais jovens, dos menos escolarizados ou marginalizados, condição que decorre da transformação do espaço social em extremos. Para isso, consideramos o questionamento de Castel: “Qual é o limiar de tolerância de uma sociedade democrática para [tolerar] a invalidação social?” (CASTEL, 2005, p. 34).

Grosso modo, esse contexto que envolve os processos de desfiliação pelos quais têm passado diferentes camadas da sociedade, nos remete a pensar no que apregoa Morin (2003) no livro Terra-Pátria. Ao versar sobre a Pré-história e a História, o autor trata das sociedades arcaicas, as quais, há milhares de anos, se mantinham distantes umas das outras, pelas linguagens, ritos, costumes e crenças. Umhas menos liberais, outras mais coercitivas, outras ainda mais autoritárias, deram origem à sociedade do homo sapiens, um padrão de sociedade que, não obstante desprestigiar umas as outras, constituiu a humanidade. Com o desenvolvimento da sociedade histórica, as sociedades arcaicas foram varridas pelo deserto e,

consequentemente, aniquiladas. Com elas, todos os seus saberes milenares. Hoje se reconhece que tais populações foram vítimas de um genocídio proposital, orquestrado pela própria sociedade.

Ao longo dos anos, milhares de pessoas são obrigadas a migrar de um lugar para outro em busca de condições mínimas de vida. Esses grupos humanos, hoje chamados de refugiados, são partes de diferentes sociedades, com histórias, culturas, saberes, traços humanos singulares que se perderam ao longo do tempo, devido às próprias migrações e imposições de outras culturas sociais, que as colocam em uma condição cada vez mais pobres e vulneráveis. Ao tratar da negatividade do processo de mundialização, Morin (2011) declara:

O mundo, cada vez mais, torna-se uno, mas torna-se, ao mesmo tempo, cada vez mais dividido. Paradoxalmente, foi a própria era planetária que permitiu e favoreceu o parcelamento generalizado dos Estados-nações; de fato, o pedido de emancipação da nação é estimulado por um movimento de ressurgência da identidade ancestral, que ocorre em reação à corrente planetária de homogeneização civilizacional, e esta demanda é intensificada pela crise generalizada do futuro. [...]. Os antagonismos entre nações, religiões, entre laicização e religião, modernidade e tradição, democracia e ditadura, ricos e pobres, Oriente e Ocidente, Norte e Sul nutrem-se uns aos outros e a eles mesclam-se interesses estratégicos e econômicos antagonísticos das grandes potências e das multinacionais voltadas para o lucro [...]. (MORIN, 2011, p. 59).

Em uma mesma nação, determinada população é vulnerável socialmente e passa a viver com as condições que lhe são impostas. A falta de acesso ao trabalho, moradia, saúde e educação, aspectos básicos da pobreza, depende de políticas públicas e setoriais que, muitas vezes, se fragmentam. Multifacetadas, centram-se na exploração do trabalho capitalização, o que requer um olhar para os fatores econômicos e políticos da condição social dos indivíduos dessa população, bem como da sua forma de vida na pobreza multidimensional.

Sen (2010) reitera que muitas pessoas em diferentes localidades sofrem privações de liberdade. Milhares são submetidas a péssimas condições que as limitam a sobrevivência. Um exemplo disso é a fome coletiva. Mesmo em países que já superaram a desnutrição, um considerável número de pessoas é devastado por fome coletiva e subnutrições. Outras questões, como o limitado (ou nenhum) acesso a serviços públicos básicos de saúde, educação, saneamento básico, água tratada também são explicitadas. Mesmo nos países ricos, o número de desfavorecidos ainda é relativamente grande. Eles são carentes de empregos, segurança econômica e social.

Para Fahel, Teles e Caminhas (2016):

A análise da pobreza em uma visão multidimensional, contextualizada e personalizada examinando aspectos constituintes de cada sociedade e/ou comunidade, com um

alcance de suas múltiplas dimensões estruturantes, pode proporcionar uma matriz abrangente para o direcionamento de propósitos e metas das políticas públicas sociais. Cabe, então, pensar no papel estratégico da transição de um conceito unidimensional da pobreza e eminentemente economicista, ainda adotado por diversos organismos multilaterais e governos, para uma perspectiva multidimensional e focalizada nas dimensões sociais estruturantes da vida humana. (Fahel, Teles e Caminhas, 2016, p.3).

A participação social traz a ideia da participação política, em uma dimensão de descentralização do poder. É uma palavra de origem grega e, segundo Martins (2002, p. 224), significa “autogoverno, governar-se a si próprio”. As análises em torno do tema compõem um debate moderno, com influências éticas, políticas, filosóficas e históricas. Nesse sentido, na condição de segmento dos sistemas sociais complexos, dinâmicos e multirreferenciais, a escola precisa dar respostas à formação da sociedade para questões pontuais e que se sobrepõem no contexto da vida em sociedade. Uma escola autônoma que gerencia a si própria, segundo o princípio da filosofia grega, evidencia a capacidade de o educando responder às suas próprias indagações.

Segundo Castoriadis, (1991), ao ser desejada, a autonomia precisa ser algo que envolva a todos. A realização da autonomia é uma empreitada coletiva.

As características da sociedade atual, principalmente aqueles referentes à transformação intensa, manejo do conhecimento, a necessidade do aprendizado contínuo fazem com que os atores educacionais busquem formas alternativas de aprendizagem, visto que esta se tornou a maneira mais consistente para se enfrentar as interpéries da contemporaneidade. A aprendizagem consiste tanto em mudança de postura, quanto de atitudes e para que se efetive como uma via de emancipação e autonomia carece de continuidade. (STOPILHA; SANTANA, 2012, p. 134).

Para Barros, Coelho e Franco, (2006), tanto a sociedade quanto os indivíduos podem ordenar as complexas situações sociais. Se, para uns, o trabalho seria o bem mais importante, para outros, poderá ser o acesso à educação, ou à segurança. No entanto, eles são capazes de identificar o que julgam ser mais importante ou conveniente em determinado momento. “Os indivíduos, por exemplo, escolhem um bairro para viver e, ao fazer isso, precisam levar em consideração que, algumas dimensões das condições de vida são, naquela localidade, boas e outras ruins”. (BARROS, COELHO e FRANCO, 2006, p. 9). Adorno (1995), ao demonstrar sua concepção de educação, faz uma ressalva para os processos formativos dos sujeitos e para a produção de uma consciência verdadeira, que supere a modelagem de pessoas e promova a emancipação desses sujeitos. O autor ainda chama atenção para os modos pré-fixados de ensino. As escolas não podem estar fechadas sob “suas próprias” verdades, impedindo a discussão e os debates de

temas vigentes. Mas é necessária a atitude de criticar a si mesmas. Assim, tanto a barbárie quanto os discursos autoritários seriam evitados.

Pobreza multidimensional e a complexidade contemporânea

A pobreza em sua forma mais ampla de observação e discussão traz dimensões muito complexas, segundo as quais, não cabe uma definição linear do termo sem considerar pontos de vista da ótica socioeconômica e cultural. Na condição de fenômeno complexo, analisá-la requer um olhar aprofundado de conceitos e dimensões, para não se criar juízo de valor com visões subjetivas. Crespo e Gurovitz (2002) conceituam a pobreza de duas formas: conceito relativo e absoluto. Assim os autores as descrevem:

“A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los”. (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 3 e 4).

Muito embora o conceito de pobreza seja um tema que permita uma ampla dimensão, ainda são poucas as análises multidimensionais da pobreza como um fenômeno complexo da sociedade contemporânea.

Segundo Barros, Henrique e Mendonça (2000):

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Deste modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. (BARROS, HENRIQUE e MENDONÇA, 2000, p. 124).

Usualmente, somos acostumados a ver classificações de situações de pobreza por uma visão unidimensional, centrada no trabalho e no poder de compra dos sujeitos. Corroborando a compreensão de Barros, Coelho e Franco (2006), classificar as medidas de pobreza por sujeitos que possuam ou não renda, é escalar. Outra questão que está na compreensão de acessibilidade a bens e serviços, como determinantes do bem-estar das famílias, sugere que tal classificação seja o determinante para definir-se a carência é um influenciador para medir a pobreza.

Sen (2010) afirma que:

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, como observou Aristóteles, “meramente útil e em proveito de alguma outra coisa”. Pela mesma razão, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. (SEM, 2010, p. 28 e 29).

Quando analisadas as complexidades decorrentes da vida social, percebemos que várias questões podem estar impactando diretamente a qualidade de vida de uma população, seja ela de origem cultural urbana ou rural, das águas ou das terras. Habitação, analfabetismo funcional, inaccessibilidade aos serviços básicos de saúde, mortalidade infantil, são exemplos indicativos e multidimensionais que podem estar atrelados a condições de pobreza em uma determinada área demográfica. Nesse sentido, uma vez contextualizada, a pobreza deixa de ser vista de uma única forma, considerando que cada contexto observado é um pretexto com influências diferenciadoras, motivações históricas ligadas a grupos de sujeitos e locais e áreas distintas interdependentes da natureza como um todo: terrena, planetária e cósmica.

Algumas considerações sobre o estudo

De forma muito evidente, o estudo do comportamento da pobreza ao longo dos tempos permite-nos compreender mudanças na sua concepção, sempre marcada pela política hegemônica, quantitativa e estatística. Daí a necessidade de novas abordagens epistemológicas e qualitativas para explicitar melhor a pobreza em seus processos históricos e social, saindo de uma visão unidimensional para estudos contemplativos de outras variáveis.

A pobreza tem caráter subjetivo e complexo. Basta considerarmos duas linhas de observação: uma, a visão econômica da pobreza, em que a renda é o foco da análise. A segunda analisa outras dimensões em que o cidadão permanece privado, considerando que atinge uma dimensão mais política e

estrutural como, por exemplo, moradia, saneamento básico, saúde, água encanada, acesso a serviços públicos e a própria individualidade na dimensão psicossocial.

Tomando como parâmetro os dados contidos na pesquisa desenvolvida por Edgar Porto, apresentado ao Estado e publicados pela SEI (2017), os resultados indicam inferência às manchas de pobreza pesquisadas nas regiões do Litoral, Nordeste, São Francisco, Sudoeste da Bahia. São avaliadas cinco dimensões de pobreza: demografia, saúde, educação, moradia e renda. Em nosso estudo, destacamos apenas a região do Sudoeste Baiano, por considerar que algumas cidades do Vale do Jiquiriçá estão dentro desses limites de pesquisa mais abrangente.

De acordo com a SEI (2017):

Busca-se, na compreensão do fenômeno em si, quer dizer, de como a pobreza se manifesta nos recortes territoriais aqui denominados Manchas de pobreza, conhecimentos associados a formação histórica, a gestão de políticas públicas e a articulação desses espaços ao desenvolvimento recente do capitalismo, entre outros aspectos. (SEI, 2017, p. 71).

Os quadros abaixo descrevem sucintamente parte desse estudo, demonstrando algumas informações que fazem referência ao que Porto (2010) denominou “mancha”.

Quadro 1. Descrevem a incidência de analfabetos no Sudoeste baiano no período de 2010.

| Taxas de analfabetismo da população com 10 anos e mais de idade – Manchas Bahia – 2010 | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------|
| Área selecionada | Taxa de analfabetismo | |
| | Mancha Limítrofes | Mancha Limítrofes |
| Sudoeste | 28,2 | 24,2 |

Fonte: IBGE (2015).

É possível dizer com precisão que ainda são bastante significativos os indicadores de analfabetismo nessa localidade. Assim, reverbera a situação de pobreza multidimensional anteriormente descrita. Em informações constantes na SEI (2017, p. 40): “Isso porque, em 2010, quando a Bahia ainda tinha uma proporção considerável de analfabetos de 10 anos e mais (15,1%), os índices dos conjuntos de municípios estudados eram ainda mais amplos”.

Quadro 2. Demonstra a condição dos domicílios baianos.

| Participação dos domicílios particulares permanentes por condição de adequação – Manchas e limítrofes – Bahia – 2010. | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------|------------|
| Área selecionada | Adequação da moradia | | |
| | Adequada | Semiadequada | Inadequada |
| Sudoeste | 16,2 | 76,7 | 7,0 |

Fonte: IBGE (2015).

Quadro 3. Informações sobre os fatores das manchas.

| Frequência dos municípios da mancha, segundo os maiores fatores – Conjunto de municípios da mancha mais limítrofes (1). | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-----------------------------------|
| Fator | Sudoeste 13 municípios | Sudoeste 41 municípios Mediana |
| Demografia | 6 | 36,3 |
| Educação | 8 | 47,9 |
| Renda | 9 | 71,0 |
| Moradia | 9 | 30,0 |
| Saúde | 3 | 47,3 |

Fonte: SEI (2014).

De acordo com a SEI (2017), cada fator está associado a uma dimensão de pobreza, isto é, a um determinado traço de vulnerabilidade da população. Ou seja, quanto mais alto o valor da mediana alcançado por um determinado fator em um dado conjunto territorial, maior é a sua contribuição para caracterizar a pobreza daquele conjunto.

Na compreensão dos estudos SEI (2017), é possível considerar que a renda possui maior mediana, apresentando também maior incidência e grande relevância, se comparada aos demais fatores observados. Os demais fatores, demografia, educação, moradia e saúde, aparecem com menor intensidade, se comparados à renda. O fator demográfico sofre influências econômicas, sociais, culturais. Nesse fator está presente a mancha de pobreza. Além disso, é possível afirmar que o conjunto de municípios onde estão

presentes as manchas de pobreza, mesmo com traços semelhantes, possui especificidades que os diferenciam de alguns fatores, os quais carecem de estudos específicos.

Referências

BARROS, Ricardo Paes de Ricardo Henriques Rosane Mendonça. **DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL**: retrato de uma estabilidade inaceitável. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 15 No 42, RBCS Vol. 15 no 42 fevereiro/2000. Disponível em: <https://sistemas.tjam.jus.br/coij/wp-content/uploads/2014/06/DesigualdadeEPobrezaNoBrasil.pdf>. Acessado em 19/05/2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 91 de 18 de fevereiro de 2016**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016a. Disponível em: Acesso em: 26 ago. 2016.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Vozes, 1998.

CASTORIADIS, C. A **Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz e Elaine Gurovitz. **A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL**. RAE- eletrônica - vol. 1 · nº 1 · jul-dez/2002.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, abril de 2008. (Texto para Discussão, n. 1.332).

Estudo de Potencialidades Econômicas Território de Identidade | Vale do Jiquiriçá. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-11628.pdf>. Acessado em 07/07/2019.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. Tradução de Catarina

Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora; Brasília, DF:

UNESCO, 2011.

Morin, Edgar. **Terra-Pátria** / Edgar Morin e Anne-Brigitte Kern / traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva. — Porto Alegre : Sulina, 2003.

MARTINI, Ricardo A. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

MARTINS, Ângela Maria. **Autonomia e educação**: a trajetória de um conceito. Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 207-232, março/ 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115.pdf> Acessado em: 03/06/2019.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEI. **Manchas de pobreza e desenvolvimento regional na Bahia / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**.— Salvador: SEI, 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade** / Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta ; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katál. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155- 163, jul./dez. 2010.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **METODOLOGIAS PARA ESTABELEECER A LINHA DE POBREZA**: OBJETIVAS, SUBJETIVAS, RELATIVAS, MULTIDIMENSIONAIS. Texto para discussão | 1381 | fev. 2009.

STOPILHA, Ana Licia; SANTANA, Antonio Arivalter. **Gestão do Conhecimento e Novas Tecnologias em Práticas Pedagógicas**: uma experiência exitosa no ensino da matemática. In. SOUSA,

Leliana Santos de.; SANTOS, Luis Carlos. (Organizadores) Veredas da Gestão do Conhecimento. Pesquisa-Educação&Desenvolvimento Regional. EDUNEB. Salvador-Bahia. 2012.

SOUSA, Leliana Santos de; PIMENTA, Lidia Boaventura. In. SOUSA, Leliana Santos de.; SANTOS, Luis Carlos.(Organizadores) Veredas da Gestão do Conhecimento. Pesquisa&Desenvolvimento Regional. EDUNEB, Salvador-Bahia. 2012.

Recebido em: setembro de 2019.

Aprovado em: outubro de 2019.